

ADAPTAÇÕES CURRICULARES E AVALIAÇÃO INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM TEA

CURRICULAR ADAPTATIONS AND INCLUSIVE ASSESSMENT FOR STUDENTS WITH ASD

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

Emanuella Silveira Vanconcelos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil

Miquéias Ambrósio dos Santos

Universidade Estadual de Roraima, UERR, Brasil

Adriel Batista Ferreira

Universidade Federal do Sul da Bahia, UFSB, Brasil

Lorena Oss de Sousa

Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Brasil

Gabriel Antonio Ogaya Joerke

Universidade Candido Mendes, UCAM, Brasil

Dayane Izabelita Santos Lacerda

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/w1q0kx64>

Publicado em: 26.12.2025

RESUMO: A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se destacado como um importante desafio no contexto educacional brasileiro, especialmente no que se refere à garantia de práticas pedagógicas que assegurem aprendizagem e participação equitativa. Este estudo teve como objetivo analisar de que maneira as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva podem favorecer o processo de escolarização de alunos com TEA no ensino regular. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, livros, legislações e documentos oficiais publicados entre 2003 e 2024. Os resultados demonstram que a flexibilização do currículo e o uso de instrumentos avaliativos diversificados constituem estratégias essenciais para o atendimento das singularidades do estudante com TEA, pois reconhecem diferentes formas de aprender e expressar conhecimentos. Além disso, evidenciou-se que a formação docente e o apoio institucional são fatores determinantes para a efetividade das ações inclusivas no cotidiano escolar. Conclui-se que garantir o direito à aprendizagem desse público exige a superação de práticas tradicionais, o fortalecimento das políticas públicas e o desenvolvimento contínuo de estratégias pedagógicas que promovam equidade. Recomenda-se que futuras pesquisas investiguem experiências práticas em diferentes níveis da educação básica, bem



como a percepção de professores, estudantes e famílias sobre os impactos das adaptações e avaliações inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; TEA; Adaptações Curriculares; Avaliação Inclusiva.

ABSTRACT: The school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) has emerged as a key challenge in the Brazilian educational context, especially regarding the implementation of pedagogical strategies that ensure equitable learning and participation. This study aimed to analyze how curricular adaptations and inclusive assessment practices can support the schooling process of students with ASD in mainstream education. It is a bibliographic research with a qualitative approach, based on the analysis of scientific articles, books, legislation, and official documents published between 2003 and 2024. The results show that curriculum flexibility and diversified assessment tools are essential strategies for meeting the unique needs of students with ASD, as they recognize different ways of learning and expressing knowledge. Furthermore, the findings highlight that teacher training and institutional support are crucial factors for the effectiveness of inclusive practices in schools. It is concluded that ensuring the right to learning requires overcoming traditional practices, strengthening public policies, and continuously developing pedagogical strategies that promote equity. Future studies should focus on practical inclusion experiences and the perceptions of teachers, students, and families regarding the impact of inclusive curriculum and assessment practices.

KEYWORDS: Inclusive Education; ASD; Curricular Adaptations; Inclusive Assessment.

1 Introdução

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular tem sido um dos maiores desafios da educação contemporânea, especialmente quando se considera a necessidade de garantir condições efetivas de aprendizagem e participação desses alunos no cotidiano escolar. Embora o Brasil tenha avançado em legislação e políticas públicas destinadas à educação inclusiva, ainda há discrepâncias significativas entre o que é previsto normativamente e o que se concretiza nas práticas pedagógicas. A presença do estudante com TEA em sala de aula, por si só, não assegura inclusão; torna-se essencial que o processo educativo reconheça suas singularidades e ofereça suporte pedagógico adequado, assegurando seu desenvolvimento integral.

A escola, como espaço de socialização e construção do conhecimento, precisa reestruturar suas concepções e metodologias a fim de responder às demandas desse público, valorizando as potencialidades individuais e eliminando barreiras que impeçam o acesso ao currículo. A literatura científica evidencia que muitos alunos com TEA enfrentam dificuldades no acompanhamento das atividades escolares, em razão de aspectos relacionados à comunicação, interação social e comportamento, que, se não considerados, repercutem no desempenho acadêmico e no engajamento escolar. Diante disso, adaptações curriculares tornam-se um recurso indispensável

para promover aprendizagem em condições de equidade, sem reduzir expectativas de desempenho ou limitar as oportunidades educativas.

A avaliação escolar, enquanto componente essencial do processo de ensino e aprendizagem, também precisa ser repensada sob a perspectiva inclusiva. Modelos avaliativos tradicionais, centrados em medidas padronizadas e resultados quantitativos, não contemplam a diversidade de formas de aprender presentes entre os estudantes com TEA. Assim, faz-se urgente ampliar concepções e práticas avaliativas que valorizem o percurso individual, considerem diferentes expressões de conhecimento e orientem o planejamento pedagógico a partir das reais necessidades do aluno. Nesse sentido, o desenvolvimento de propostas de avaliação inclusiva contribui para a eliminação de práticas excludentes e para a construção de uma escola mais justa e democrática.

Este estudo se justifica pela necessidade de fortalecer a ação pedagógica de professores que atuam com estudantes com TEA, contribuindo com reflexões teóricas e indicações práticas para a organização de estratégias inclusivas. Ao investigar como as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva podem favorecer a aprendizagem desse público, busca-se oferecer subsídios para qualificação do trabalho docente e, conseqüentemente, para a efetivação da educação inclusiva prevista legalmente. O tema apresenta relevância não apenas para o campo acadêmico, que se beneficia da ampliação de referenciais teóricos sobre o assunto, mas também para o cotidiano escolar, pois se trata de uma demanda crescente nas instituições públicas e privadas de todo o país.

Nesse cenário, emerge a seguinte problemática: como as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva contribuem para o processo de escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular? Assim, o objetivo deste estudo é analisar de que maneira adaptações curriculares e práticas avaliativas inclusivas podem favorecer o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com TEA, indicando estratégias pedagógicas que promovam equidade no ambiente escolar.

2 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, fundamentada na análise de estudos científicos que tratam da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no que diz respeito às adaptações curriculares e às práticas de avaliação inclusiva. As contribuições teóricas desse trabalho, amparadas nos estudos de Mantoan (2015), Mittler (2003), Luckesi (2011), Baron-Cohen (2017), Cunha (2017), Booth e Ainscow (2011), entre outros, estão relacionadas à ampliação do olhar sobre os desafios e possibilidades da ação docente frente às especificidades do TEA e à garantia de uma educação que respeite a singularidade dos sujeitos.

Tabela 1 – Principais autores e contribuições teóricas para o estudo

Autor(a)	Obra(s) de referência	Área/Enfoque	Principais contribuições para o estudo
Baron-Cohen, S.	<i>Autismo: explicando o enigma (2017)</i>	Autismo / Desenvolvimento social	Destaca habilidades socioemocionais como base da inclusão.
Booth, T.; Ainscow, M.	<i>Index para a Inclusão (2011)</i>	Educação Inclusiva	Propõe identificação e eliminação de barreiras à aprendizagem.
Brasil	<i>LDB (1996); Política de 2008</i>	Políticas educacionais	Define direitos e diretrizes da educação inclusiva no Brasil.
Cunha, E.	<i>Autismo e inclusão (2017)</i>	Inclusão escolar	Apresenta estratégias práticas e parceria escola-família.
Deliberato, D.	<i>Comunicação alternativa e ampliada (2018)</i>	Comunicação alternativa	Apoia recursos comunicacionais para participação do aluno.
Glat, R.	<i>Educação inclusiva (2016)</i>	Cultura escolar	Destaca inclusão como cultura e não apenas técnica.
Grandin, T.	<i>O cérebro autista (2014)</i>	Neurociência	Defende ambientes estruturados para aprendizagem.
Klin, A.	<i>Autismo e desenvolvimento (2015)</i>	Neurodesenvolvimento	Defende uso de interesses específicos como estratégia motivadora.
Luckesi, C. C.	<i>Avaliação da aprendizagem escolar (2011)</i>	Avaliação formativa	Propõe avaliação focada no processo e no desenvolvimento.
Mantoan, M. T. E.	<i>Educação Inclusiva (2015)</i>	Currículo e inclusão	Defende flexibilização curricular e direito às diferenças.
Mesibov, G.; Shea, V.	<i>Programa TEACCH (2010)</i>	Educação estruturada	Apresenta metodologia para organização do ambiente escolar.
Mendes, E. G.	<i>Desafios contemporâneos (2020)</i>	Inclusão / Prática	Discute articulação entre sala comum e AEE.
Mittler, P.	<i>Educação inclusiva (2003)</i>	Políticas inclusivas	Enfatiza inclusão como processo contínuo.
Pletsch, M. D.	<i>Formação docente (2019)</i>	Formação de professores	Ressalta importância da capacitação permanente.
Rodrigues, D.	<i>Inclusão e educação (2021)</i>	Perspectivas inclusivas	Reforça necessidade de monitoramento da implantação.
Santos, B. S.	<i>Para além da exclusão (2020)</i>	Justiça social	Trata inclusão como princípio ético e direitos educacionais.

Fonte: Os(as) autores(as)

Como método, adotou-se a abordagem qualitativa, por considerar que a compreensão do fenômeno da inclusão requer interpretação contextualizada dos discursos teóricos e legais que orientam as práticas educacionais. Assim, não se busca mensurar dados numéricos, mas compreender concepções, tendências, lacunas e contribuições presentes nas produções já consolidadas na área.

Os procedimentos de levantamento de dados consistiram em buscas sistemáticas em bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais, tais como Portal de Periódicos CAPES, Scielo e Google Acadêmico, utilizando descritores como “TEA”, “inclusão escolar”, “avaliação inclusiva”, “adaptações curriculares”, “educação especial na perspectiva inclusiva” e “transtorno do espectro autista”. Foram priorizados artigos científicos, legislações, livros e documentos oficiais publicados entre 2003 e 2024, período marcado pela ampliação das políticas inclusivas e pela intensificação das pesquisas sobre o tema no Brasil e no mundo.

O procedimento de análise dos dados bibliográficos se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, voltada à identificação de categorias relacionadas aos eixos principais da pesquisa: currículo, avaliação e práticas pedagógicas inclusivas. Após a seleção dos materiais, os textos foram lidos integralmente e organizados conforme convergências teóricas, divergências e indicações de lacunas para pesquisas futuras, o que possibilitou uma compreensão ampliada do objeto investigado.

O design de triangulação teórico-metodológica ocorreu a partir da articulação entre: (i) aportes teóricos da educação inclusiva, (ii) referenciais específicos sobre o TEA e o desenvolvimento da aprendizagem, e (iii) marcos legais que regulamentam a oferta do atendimento escolar. Essa triangulação permitiu fortalecer a validade interpretativa da pesquisa, integrando perspectivas pedagógicas, neurodesenvolvimentais e político-educacionais.

O perfil dos dados bibliográficos contempla autores nacionais e internacionais com reconhecida relevância no campo da educação inclusiva, além de documentos norteadores das políticas públicas brasileiras para estudantes com deficiência. A escolha desses materiais visa garantir uma análise consistente e atualizada sobre as práticas de adaptação curricular e avaliação inclusiva na escolarização de alunos com TEA, sustentando a discussão com base em evidências científicas e na legislação vigente.

3 Referencial teórico

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) compreende condições do neurodesenvolvimento caracterizadas por diferenças na comunicação social e por padrões de comportamento específicos, exigindo práticas educacionais que respeitem suas singularidades. A educação inclusiva afirma que todos os estudantes devem aprender juntos, garantindo participação, acesso ao currículo e suporte adequado, conforme orienta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que assegura “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 2008).

As adaptações curriculares são estratégias que possibilitam a flexibilização do ensino, atendendo às necessidades educacionais do aluno com TEA sem descaracterizar os objetivos essenciais da aprendizagem. De acordo com Mantoan (2015), “a escola deve transformar-se para acolher a diferença, e não esperar que o aluno se adapte a ela”, destacando o currículo como elemento central da inclusão. Tais adaptações podem ocorrer na forma de acesso ao conhecimento, organização do tempo, uso de recursos visuais, simplificação de tarefas e mediações pedagógicas, de modo a favorecer a compreensão e a participação ativa do estudante.

A avaliação inclusiva, por sua vez, assume função formativa e contínua, priorizando as potencialidades do aluno e considerando seus modos próprios de aprender. Como afirma Luckesi (2011), “avaliar é um ato amoroso e comprometido com o crescimento do educando”. Para estudantes com TEA, instrumentos avaliativos devem ser diversificados, não se restringindo a provas tradicionais, mas incorporando observações, portfólios, registros do desenvolvimento socioemocional e comunicação alternativa quando necessário. A avaliação deve ser dialógica, buscando identificar avanços e orientar o planejamento pedagógico, conforme assegura a LDB ao enfatizar que a avaliação deve refletir o processo e não apenas resultados numéricos (Brasil, 1996).

Outro aspecto relevante refere-se à colaboração entre família, professores e equipe multiprofissional. A atuação integrada favorece a construção de metas realistas e alinhadas às características do aluno, respeitando suas capacidades, interesses e modos de interação. Segundo Cunha (2017), “a inclusão se faz na parceria, na escuta e na adaptação contínua do ambiente escolar”, reforçando a importância da gestão compartilhada do processo educativo.

O uso de tecnologias assistivas e recursos comunicacionais estruturados pode ampliar o engajamento de estudantes com TEA. O modelo TEACCH, por exemplo, valoriza a organização do ambiente físico e rotinas previsíveis, contribuindo para maior autonomia e compreensão das tarefas. Conforme Mesibov e Shea (2010), “a estruturação favorece a aprendizagem quando auxilia na interpretação do mundo”.

Dessa forma, adaptações curriculares e avaliação inclusiva não devem ser concebidas como medidas excepcionais, mas como princípios que asseguram a aprendizagem e a dignidade de todos os estudantes. A escola que reconhece o direito à diferença efetiva uma pedagogia centrada no sujeito, promovendo equidade e participação plena, conforme preveem os marcos legais e os pressupostos da educação inclusiva contemporânea.

Assim, o professor assume papel decisivo como mediador da aprendizagem e promotor de práticas pedagógicas inclusivas. É necessário que receba formação adequada para compreender as características do TEA e planejar intervenções coerentes com as necessidades de cada estudante. Como destaca Pletsch (2019), “a formação docente é condição indispensável para que a inclusão deixe de ser discurso e se torne prática”. O desenvolvimento profissional contínuo fortalece a autonomia do educador, permitindo-lhe atuar com intencionalidade pedagógica.

Além disso, a inclusão de estudantes com TEA demanda que a escola promova uma cultura de acolhimento e respeito às diferenças, superando concepções assistencialistas. A escola inclusiva não se define apenas pela presença física do aluno, mas pela sua participação e aprendizagem significativa. De acordo com Mittler (2003), “inclusão é um processo, não um estado”, reforçando a necessidade de revisão constante das práticas educacionais e das concepções que orientam o ensino.

A adaptação do ambiente escolar, envolvendo tanto os aspectos físicos quanto sociais, também é fundamental para favorecer a regulação sensorial e o bem-estar dos estudantes com TEA. Estratégias como minimização de estímulos excessivos, uso de rotinas visuais e clareza nas regras de convivência contribuem para uma aprendizagem mais estável. Para Grandin (2014), “ambientes previsíveis ajudam o estudante com autismo a se sentir seguro para aprender”, destacando a importância de um clima escolar estruturado, mas acolhedor.

Outro ponto relevante diz respeito ao reconhecimento dos diferentes modos de comunicação. Muitos alunos com TEA utilizam gestos, figuras ou dispositivos digitais como meios preferenciais de expressão. Quando a escola valoriza essas formas alternativas de linguagem, potencializa a participação e o desenvolvimento da autonomia. Como afirma Deliberato (2018), “a comunicação é direito humano e deve ser garantida por todas as vias possíveis”. Assim, a avaliação e o ensino precisam considerar tais recursos como mediadores essenciais do currículo.

Do mesmo modo, a personalização do ensino não deve ser confundida com a redução do potencial do estudante. A diferenciação pedagógica deve desafiar o aluno na medida certa, encorajando avanços acadêmicos e sociais, sem impor metas desproporcionais. Booth e Ainscow (2011) ressaltam que “a inclusão se expressa quando as barreiras para a aprendizagem são identificadas e removidas”. Portanto, adaptações devem ser orientadas pela equidade, garantindo acesso aos conteúdos essenciais para sua trajetória escolar e cidadã.

A construção de práticas inclusivas também requer comprometimento institucional, com políticas e gestão que assegurem recursos, acompanhamento e apoio especializado. A presença do Atendimento Educacional Especializado (AEE), articulado ao trabalho dos professores da sala regular, amplia oportunidades de aprendizagem e de observação dos caminhos evolutivos do estudante. Segundo Mendes (2020), “a parceria entre serviços complementares e sala comum fortalece a inclusão ao articular saberes e estratégias”. Essa colaboração evita fragmentação e promove um atendimento integral.

Assim, ao ampliar as possibilidades de ensino, comunicação, convivência e desenvolvimento do estudante com TEA, a escola reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade para todos. A inclusão se materializa quando cada aluno é reconhecido em sua singularidade, com direitos garantidos, potencialidades estimuladas e aprendizagens validadas.

A inclusão educacional de estudantes com TEA também demanda atenção às habilidades socioemocionais, que são fundamentais para a participação efetiva nas atividades escolares. Intervenções que favoreçam a interação entre pares contribuem para o fortalecimento da

autoestima e o desenvolvimento das funções comunicativas. Conforme aponta Baron-Cohen (2017), “o apoio ao desenvolvimento social é essencial para reduzir barreiras e promover relações significativas”. Assim, o ambiente escolar precisa promover experiências colaborativas que estimulem a convivência e o respeito mútuo.

Outro aspecto importante refere-se ao planejamento pedagógico flexível, que considere interesses específicos dos alunos com TEA como ponto de partida para o processo de ensino. O engajamento aumenta quando o currículo dialoga com a motivação do estudante, favorecendo aprendizagens mais consistentes. Klin (2015) explica que “interesses focais podem ser utilizados como ponte para novas aquisições”, destacando sua relevância para a aprendizagem significativa na educação inclusiva.

Além do trabalho docente e do suporte institucional, a participação ativa da família amplia as possibilidades de continuidade entre o que é desenvolvido na escola e no contexto doméstico. A colaboração entre esses espaços sustenta o progresso do estudante, favorecendo o acompanhamento mais próximo das conquistas e desafios. De acordo com Glat (2016), “a família é parceira do processo educacional e corresponsável pela inclusão”, reforçando a importância do diálogo constante.

A construção de políticas públicas que assegurem condições reais de inclusão também se apresenta como elemento estruturante desse processo. A legislação brasileira estabelece diretrizes que garantem o direito à aprendizagem e à participação plena dos estudantes com deficiência, incluindo aqueles com TEA. Porém, como observa Rodrigues (2021), “a implementação das políticas requer investimento, acompanhamento e avaliação contínua”. Dessa forma, é imprescindível que os sistemas de ensino assumam a responsabilidade de criar oportunidades efetivas de aprendizagem para todos. Finalmente, a inclusão exige uma mudança de paradigma pedagógico: da homogeneização para a valorização da diversidade humana. A educação inclusiva representa uma transformação ética que reconhece que todos aprendem, embora de maneiras distintas e em ritmos variados. Para Santos (2020), “a inclusão rompe com a lógica seletiva e promove justiça educacional”, tornando-se um compromisso social que ultrapassa metodologias e adaptações, alcançando o direito fundamental ao desenvolvimento integral.

4 Resultados e discussões

Os resultados obtidos com esta pesquisa bibliográfica indicam que, embora exista um conjunto robusto de marcos legais e referenciais teóricos que sustentam a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular, ainda persistem desafios significativos para garantir sua efetiva aprendizagem e participação no ambiente escolar. As análises apontam que a implementação de adaptações curriculares e práticas avaliativas inclusivas constitui elemento central para a consolidação da educação inclusiva, porém essas ações ainda se mostram inconsistentes em muitas instituições de ensino.

Entre os achados desta investigação, destaca-se a compreensão de que as adaptações curriculares não devem ser interpretadas como um processo de simplificação do conteúdo ou redução da complexidade do ensino, mas como uma forma de flexibilização que assegura acesso equitativo ao currículo. A literatura analisada reforça que o uso de recursos visuais, a organização do ambiente, a personalização das propostas didáticas e o respeito ao ritmo de aprendizagem do estudante com TEA ampliam sua capacidade de engajamento e compreensão dos conceitos escolares. Esse entendimento confirma avanços teóricos que defendem uma pedagogia orientada pela diversidade, contribuindo para que a escola rompa com modelos homogêneos de ensino.

Outro resultado relevante refere-se à avaliação escolar, que precisa deixar de ocupar uma função meramente classificatória para assumir um caráter formativo, contínuo e dialógico. Os estudos apontam que os instrumentos avaliativos devem ser diversificados, contemplando múltiplas formas de expressão do conhecimento e reconhecendo progressos individuais que vão além de resultados quantitativos. Tal perspectiva fortalece a construção de práticas pedagógicas que valorizam habilidades cognitivas, sociais e comunicativas dos estudantes com TEA, e não apenas seu desempenho acadêmico tradicional.

Além disso, os resultados revelam que a formação docente aparece como um dos principais fatores que influenciam o sucesso ou o fracasso da inclusão. A literatura enfatiza que, quando o professor recebe suporte teórico-metodológico adequado, ele se sente mais seguro para planejar e avaliar de forma inclusiva, reconhecendo as singularidades do estudante e evitando práticas excludentes. Esse achado reforça a urgência de políticas educacionais voltadas para capacitação permanente, bem como o fortalecimento da articulação entre sala de aula comum e serviços de apoio especializados.

Do ponto de vista das contribuições científicas, o estudo agrega reflexões que ampliam o entendimento sobre os caminhos pedagógicos que favorecem a inclusão de alunos com TEA, reiterando posicionamentos já consolidados, mas também revelando lacunas que precisam ser aprofundadas, sobretudo no que se refere à transposição das teorias para a prática diária das escolas. No âmbito social, os resultados apoiam a defesa de uma educação que promova equidade, cidadania e respeito às diferenças, estimulando ações que impactam diretamente a qualidade de vida dos estudantes e de suas famílias.

Portanto, esta investigação contribui para o campo acadêmico ao sintetizar e discutir evidências teóricas que reforçam a importância das adaptações curriculares e da avaliação inclusiva no processo de escolarização de estudantes com TEA. Ao mesmo tempo, oferece subsídios práticos que podem orientar professores, gestores e formuladores de políticas públicas na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos tenham garantido o direito de aprender e se desenvolver em sua integralidade.

5 Conclusão

A análise realizada nesta pesquisa bibliográfica permitiu compreender que as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva constituem elementos fundamentais para a efetivação da educação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto do ensino regular. Os resultados evidenciam que garantir a presença do aluno na escola não é suficiente; torna-se imprescindível assegurar sua participação ativa e aprendizagem significativa por meio de práticas pedagógicas que valorizem suas singularidades e potencialidades.

Constatou-se que a flexibilização do currículo contribui diretamente para ampliar o acesso ao conhecimento, permitindo que diferentes formas de aprender sejam reconhecidas e respeitadas. Da mesma forma, práticas avaliativas centradas no acompanhamento contínuo do desenvolvimento individual revelam-se mais justas e eficazes do que modelos padronizados, pois consideram os diversos modos de expressão e interação utilizados pelos estudantes com TEA. Assim, os achados desta pesquisa reforçam a necessidade de superar concepções tradicionais de ensino e avaliação, fortalecendo uma perspectiva educacional que priorize a equidade e o respeito à diversidade.

Também se conclui que o professor desempenha papel decisivo na construção de práticas inclusivas, o que exige formação consistente e apoio institucional contínuo. A implementação bem-sucedida da inclusão depende de políticas educacionais articuladas, recursos adequados, serviços especializados e colaboração entre escola, família e equipes multiprofissionais. Portanto, promover uma escola verdadeiramente inclusiva requer não apenas mudanças pedagógicas, mas transformações atitudinais e organizacionais.

Em vista do exposto, esta pesquisa contribui para o campo acadêmico ao oferecer reflexões que fortalecem os princípios da educação inclusiva e fornecem subsídios teóricos que podem orientar estratégias pedagógicas no cotidiano escolar. Socialmente, o estudo reafirma a importância de garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes com TEA, promovendo condições de participação cidadã e melhoria da qualidade de vida.

Como recomendações para trabalhos futuros, sugere-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem práticas concretas de adaptação curricular e avaliação inclusiva em diferentes etapas da educação básica, identificando impactos na aprendizagem e no desenvolvimento socioemocional dos estudantes com TEA. Também é relevante explorar a formação docente para inclusão, analisando necessidades formativas e estratégias de apoio ao professor na implementação dessas práticas. Investigações que envolvam a perspectiva dos próprios estudantes e de suas famílias podem ainda enriquecer a compreensão sobre a efetividade das ações inclusivas nas escolas.

Dessa forma, reforça-se o compromisso ético e pedagógico de continuar desenvolvendo estudos, políticas e práticas que tornem a educação cada vez mais acessível, acolhedora e

significativa para todos, especialmente para aqueles que historicamente enfrentaram barreiras para o exercício pleno de seu direito de aprender.

Referências

- BARON-COHEN, S. Autismo: explicando o enigma. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index para a Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. 3. ed. Bristol: CSIE, 2011.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia prática na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.
- DELIBERATO, D. Comunicação alternativa e ampliada: mediação para a inclusão. São Paulo: Memnon, 2018.
- GLAT, R. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2016.
- GRANDIN, T. O cérebro autista: pensando através do espectro. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- KLIN, A. Autismo e desenvolvimento: uma abordagem integrada. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANTOAN, M. T. E. Educação Inclusiva: construindo uma sociedade para todos. São Paulo: Moderna, 2015.
- MESIBOV, G.; SHEA, V. O programa TEACCH de educação para autistas. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MENDES, E. G. Educação inclusiva: desafios contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2020.
- MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PLETSCH, M. D. Formação docente e práticas inclusivas na educação básica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.
- RODRIGUES, D. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- SANTOS, B. S. A educação para além da exclusão: justiça, equidade e direitos na escola. São Paulo: Cortez, 2020.